

XII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política: "América Latina como actor en la configuración geopolítica global"

**SEGURANÇA ONTOLÓGICA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA PROPOSTA DE OPERACIONALIZAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DO CONCEITO<sup>1</sup>**

Priscila Carolina Pellens (Universidade da Integração Latino-Americana – UNILA)  
Ramon Blanco (Universidade da Integração Latino-Americana – UNILA)

Eixo temático 14: Política Externa, Globalização e Relações Internacionais

17 a 20 de julho de 2024  
Lisboa, Portugal

---

<sup>1</sup> Informações sobre financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil.

Resumo: Considerando os crescentes estudos sobre segurança ontológica nas Relações Internacionais, desde seu surgimento nas últimas duas décadas, e sua importância para a compreensão dos processos securitários contemporâneos, o estudo se propõe a mapear os desenvolvimentos do campo, a partir de uma revisão da literatura, para identificação das principais vertentes de pesquisa. Além disso, visa propor a operacionalização do conceito a partir da identificação de suas dimensões constitutivas, em conjunto com o método de análise narrativa. Em linhas gerais, a segurança ontológica se relaciona a uma "segurança como ser" (security-as-being), ou seja, à necessidade de um senso de 'eu' íntegro e contínuo no tempo e no espaço. Isso permite ao ator enfrentar os desafios do mundo, inerentemente incerto e em constante mudança, e exercer sua capacidade de ação. O estudo contribui com a agenda de pesquisa em segurança ontológica por meio da integração e esquematização dos desenvolvimentos recentes na literatura, bem como pela proposição da operacionalização teórica do processo de busca por segurança ontológica, as quais são comumente analisadas de forma separada, o que pode auxiliar no desenvolvimento de futuros estudos empíricos na temática. O trabalho se estrutura em três partes. Na primeira, apresenta-se uma introdução sobre o desenvolvimento da literatura de segurança ontológica no contexto dos estudos de segurança, com foco na origem conceitual e sua transposição para a área de Relações Internacionais. Na segunda, delinea-se as principais abordagens e definições desenvolvidas na literatura, de modo a expor os contornos da agenda de pesquisa. Na última seção, propõe-se uma tipologia de análise do processo de busca por segurança ontológica, pautada na construção de narrativas biográficas, através da identificação de suas seis dimensões: a temporal, a espacial, a material, a emocional, a relacional e a normativa; nos três níveis narrativos (subjeto, intersubjetivo e externo).

Palavras-chave: segurança ontológica; narrativa biográfica; análise narrativa.

## **Introdução**

Este artigo tem como objeto a relação entre identidade e segurança, por meio do conceito de segurança ontológica. O objetivo principal é identificar as dimensões constitutivas do processo de busca por segurança ontológica e delinear uma proposta de operacionalização teórico-metodológica centrada na construção de narrativas biográficas. A segurança ontológica pode ser definida como uma necessidade existencial dos sujeitos de se sentir seguros em seu senso do eu e no mundo em que encontram (Krickel-Choi & Chen, 2023, p. 2), relacionada com a posse de um senso consistente do eu reafirmado por outros (Zarakol, 2010, p. 3; 6). Um importante pressuposto dessa literatura é de que a esfera ontológica é tão importante à segurança do Estado quanto a física, ao ponto de poder ser priorizada em detrimento da última, para manutenção de um senso estável da identidade (Mitzen, 2006; Steele, 2008). Os principais instrumentos de busca e de manutenção da segurança ontológica são o estabelecimento de relações rotinizadas com atores importantes e a criação de narrativas biográficas (Zarakol, 2010).

Metodologicamente, pautou-se por uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório e descritivo, e da técnica de levantamento bibliográfico, para o mapeamento das principais vertentes desenvolvidas pela literatura. A contribuição com a agenda de pesquisa em segurança ontológica consiste na proposição da operacionalização teórica do processo de busca por segurança ontológica, por meio da identificação de seis dimensões (a temporal, a espacial, a material, a emocional, a relacional e a normativa). Esta operacionalização permite conciliar as diversas perspectivas desenvolvidas ao longo dos anos, que costumam analisá-las de forma separada. Assim, representa um esforço em direção à compreensão da complexidade inerente ao fenômeno, permitindo o desenvolvimento de futuras análises empíricas na temática.

Este trabalho se estrutura em três seções, seguidas por uma conclusão que sumariza os principais pontos debatidos e achados. A primeira seção apresenta o objeto de estudo, a teoria de segurança ontológica nas Relações Internacionais, com uma breve introdução sobre o desenvolvimento da literatura de segurança ontológica no contexto dos estudos de segurança e a sumarização das principais abordagens e definições. A segunda seção delinea os principais debates e críticas desenvolvidas na literatura, de modo a expor os contornos da agenda de pesquisa. Na última seção, propõe-se uma tipologia de análise do processo de busca por segurança ontológica, pautado na construção de narrativas biográficas, através da identificação de seis dimensões: a temporal, a espacial, a material, a emocional, a relacional e a normativa, nos três níveis narrativos (subjetivo, intersubjetivo e externo).

## **1 A teoria de segurança ontológica nos estudos de segurança internacional**

Como um termo contestado, a definição da segurança se mostra ao mesmo tempo complexa e mutável (Buzan & Hansen, 2012, p. 37; Vale, 2013, p. 130; Williams, 2008, p. 6–7). As teorias de Relações Internacionais (RI), em especial a disciplina dos estudos de segurança, oferecem diferentes respostas a essa questão, as quais são, para fins didáticos<sup>2</sup>, subdivididas em abordagens ‘tradicionais’ e em abordagens ‘críticas’ ou

---

<sup>2</sup> Apesar de classificações binárias carregarem o risco de simplificação das abordagens e de também irem contra o caráter complexo das relações internacionais, em especial das questões de segurança, o propósito aqui é oferecer um mapa da disciplina dos estudos de segurança que delinieie os termos gerais das principais narrativas intelectuais e contextualize a abordagem adotada dentro de seu contexto mais amplo (Peoples & Vaughan-Williams, 2021, p. 3; 12).

‘ampliadoras e aprofundadoras’, em referência ao pensamento de Robert Cox<sup>3</sup> (Buzan & Hansen, 2012, p. 31; Peoples & Vaughan-Williams, 2021, p. 4–6).

As abordagens ‘tradicionais’ se ligam às perspectivas dominantes das RI, como as teorias (neo)realistas e (neo)liberais, que, em geral, compartilham uma base teórica positivista e com viés de solução de problemas, além de considerarem os estados como os únicos ou os principais atores e darem prevalência às questões militares (Buzan & Hansen, 2012, p. 75; Peoples & Vaughan-Williams, 2021, p. 33–34). Por outro lado, as abordagens ‘críticas’ começaram a florescer por volta de década de 1980, no contexto do surgimento de novas agendas na seara internacional e a mudança na dinâmica das relações internacionais com o fim da Guerra Fria (Buzan, Wæver, & Wilde, 1998, p. 2). Apesar de sua diversidade, compartilham o comprometimento com a expansão das questões analíticas e o alargamento do objeto referente de estudo, ou seja, buscam ampliar o nexo estatal-militar, incorporar outras temáticas e tomar outros atores como referência à segurança (Peoples & Vaughan-Williams, 2021, p. 5–6). Também tendem a perseguir uma abordagem pós-positivista do conhecimento, que considera aspectos normativos e de poder na compreensão dos fenômenos estudados (Bilgin, 2008, p. 90–91).

A teoria da segurança ontológica se coloca como uma abordagem alternativa da segurança que visa complementar as abordagens tradicionais (Steele, 2005, p. 519). Em linhas gerais, o conceito de segurança ontológica se relaciona a uma "segurança como ser" (*security-as-being*), ou seja, à necessidade de um senso de ‘eu’ íntegro e contínuo no tempo e no espaço. Isso permite ao ator enfrentar os desafios do mundo, inerentemente incerto e em constante mudança, e exercer sua capacidade de ação (Mitzen, 2006, p. 342; 344). A abordagem articula questões de identidade, de segurança e políticas para a compreensão de novos processos de busca por segurança. É caracterizada por dinâmicas de construção de narrativas biográficas e o estabelecimento de relações estáveis com os outros atores, os quais serão aprofundados ao longo do capítulo (Kinnvall & Mitzen, 2017, p. 3; Rumelili, 2015, p. 7–8).

---

<sup>3</sup> Robert Cox é considerado um dos inauguradores da teoria crítica nas RI em razão de sua distinção entre ‘teoria crítica’ e ‘teoria de solução de problemas’ (problem-solving theory), com base no propósito de uma teoria. A última toma a realidade social como fato dado, de modo que a função da teoria é buscar corrigir disfunções ou problemas existentes, o que lhe confere um perfil conservador, ou seja, contribui na manutenção das relações sociais (status quo). Já a ‘teoria crítica’ entende que os fatos são produto de estruturas histórico-sociais específicas e, por isso, a teoria é interessada, ou seja, objetiva a transformação social e política, como guia à ação estratégica, em prol da mudança da ordem internacional (Peoples & Vaughan-Williams, 2021, p. 33; Pereira & Blanco, 2021, p. 99–101).

O termo ‘segurança ontológica’ foi cunhado pelo psicologista Ronald David Laing, na obra *The Divided Self* (1960) e, posteriormente, introduzido no campo da sociologia por Anthony Giddens, em *Modernity and Self-identity* (1991), obra que inspirou a entrada do termo nos estudos de Relações Internacionais no fim da década de 1990 (Gustafsson & Krickel-Choi, 2020, p. 2). Na teorização original, tanto por Laing como por Giddens, o conceito de segurança ontológica é abordado ao nível do indivíduo, o qual é considerado dentro do contexto intersubjetivo em que se encontra inserido, com foco no processo de construção da subjetividade (Croft & Vaughan-Williams, 2017, p. 4; Laing, 1990, p. 19–20). A aplicação do conceito às Relações Internacionais parte de diversas perspectivas e abordagens metodológicas (Peoples & Vaughan-Williams, 2021, p. 66–67), o que pode ser reflexo das divergências da própria área, com seus ‘grandes debates’ e uma resistência a um engajamento interdisciplinar mais amplo (Croft & Vaughan-Williams, 2017, p. 2–3; 5). De forma geral, a utilização desse referencial teórico tem permitido: a compreensão das motivações, dos desejos e dos incentivos às ações (e inações) dos atores (Steele, 2005, p. 525).

Apresenta-se uma revisão narrativa dos principais estudos de segurança ontológica na área, apresentando as diferenciações existentes com base em dois eixos analíticos principais: o nível de análise<sup>4</sup> e o objeto referente<sup>5</sup> empregados pela literatura. Conjugando ambos, pode-se agrupar as abordagens em três categorias principais<sup>6</sup>: a abordagem estadocêntrica; a abordagem subjetiva; e a abordagem crítica ou ambivalente.

---

<sup>4</sup> O nível de análise corresponde a perspectiva adotada para a condução de uma análise, que servirá como uma lente determinando o foco ou ponto de vista para a compreensão de determinada questão. A determinação do nível de análise depende da natureza das questões a serem respondidas durante a pesquisa, considerando que essa escolha influenciará os tipos de fontes necessários e o poder explicativo das conclusões obtidas, como sua capacidade de generalização por exemplo (Gebhard, 2017, p. 33). Na área das RI, pode-se compreender os diferentes níveis existentes a partir da ideia de um espectro: na extremidade micro, há o nível individual, que corresponde aos indivíduos ou a pequenos grupos; em uma escala média, há nível das coletividades limitadas, como os estados, as nações e os partidos; e na outra ponta, a extremidade macro, indica o nível sistêmico ou internacional, que englobaria entes como a humanidade, o meio-ambiente ou valores (como a democracia e o livre-comércio) (Buzan, Wæver, & Wilde, 1998, p. 36). Um mesmo evento pode ser atribuído a diferentes níveis, de modo que, no âmbito da segurança, a opção pelo nível mais adequado tem relação com o que está sendo assegurado, seja um ator, uma narrativa ou um processo, por exemplo, que seria o objeto referente, e o tratamento deste depende da abordagem teórico-metodológica empregada (Buzan & Hansen, 2012, p. 37; Buzan et al., 1998, p. 40; Williams, 2008, p. 6–7).

<sup>5</sup> O objeto referente nos estudos de segurança diz respeito a entidade tomada como foco da análise, ou seja, a definição daquilo que deve ser protegido. Para Buzan et al. (1998), refere-se a categorias abstratas mais amplas, cuja existência é ameaçada, e que possui uma reivindicação de legitimidade. Por serem unidades de análise socialmente constituídas, geralmente dizem respeito a atores específicos, como um indivíduo, grupos, o estado, a nação, etc. (Buzan et al., 1998, p. 36; 39; 44).

<sup>6</sup> Como todas as classificações, esta representa uma simplificação das diversas abordagens presentes na literatura de segurança ontológica nas RI, com o objetivo de oferecer uma compreensão geral do campo.

A seguir, apresenta-se um panorama dos principais trabalhos de cada uma das abordagens, resumindo suas principais características e contribuições.

### *1.1 A abordagem estadocêntrica: a segurança ontológica e o estado*

Esta abordagem ‘estadocêntrica’ oferece uma explicação sociológica da segurança ontológica, centrada em Giddens (2002), mas, como se verá adiante, cada autor aborda esse processo de forma diversa: Mitzen (2006) foca nas dinâmicas relacionais, ou seja, no estabelecimento de rotinas de interação social; Steele (2005, 2008) foca nas dinâmicas subjetivas, ou seja, na criação de narrativas biográficas; e Zarakol (2010) conjuga tanto dinâmicas relacionais como subjetivas, ou seja, tanto os significados intersubjetivamente construídos por meio das interações sociais como o próprio entendimento reflexivo do estado sobre sua identidade, por meio da narrativa biográfica.

Tomando o estado como nível de análise e objeto referente, Mitzen (2006) dialoga com a premissa realista de que os estados, dada a natureza anárquica do sistema internacional, priorizam a segurança física, para explorar as consequências de comportamentos conflitivos pela correlação dos conceitos de dilema de segurança<sup>7</sup> e de segurança ontológica. Mitzen argumenta que os estados, além de segurança física, também necessitam de segurança ontológica, assim como os indivíduos (Mitzen, 2006, p. 342). A segurança ontológica é definida como a necessidade de autoconhecimento que permite o juízo de ação, ou seja, uma certeza subjetiva, relativamente estável, sobre a substância do eu que possibilita o exercício da capacidade de ação e de escolha, a qual se constitui e sustenta por meio dos relacionamentos sociais (Mitzen, 2006, p. 344; 354). Por outro lado, a insegurança ontológica pode ser entendida como um estado em que o agente não sabe como agir, dada a incapacidade de discernir prioridades e de avaliar ameaças (Mitzen, 2006, p. 345).

Por outro lado, Steele (2005, p. 520; 524–525) dialoga com as teorias construtivistas das RI, de que identidades e interesses são co-constituídos, com o objetivo de determinar o papel da identidade no processo decisório de política externa, isto é, compreender as motivações que atuam sobre esse processo. Diferentemente de Mitzen

---

<sup>7</sup> Para as abordagens neorealistas, o dilema de segurança decorre da natureza anárquica do Sistema internacional, no sentido de que, dada a incerteza acerca das intenções dos outros estados, a busca por segurança faz com que estes ajam sob uma lógica de autoajuda (self-help), ou seja, busquem garantir sua própria sobrevivência por meio do aumento das capacidades militares, o que pode desencadear uma corrida armamentista por parte dos outros estados (Mitzen, 2006, p. 341–342).

(2006)<sup>8</sup>, Steele privilegia o processo subjetivo de construção do ‘eu’, ou seja, a criação de narrativas biográficas, como referente da segurança ontológica (Steele, 2008, p. 18–19). Assim, a segurança ontológica consiste na segurança como ser (*security as being*) e decorre da adoção de ações que correspondam ao senso de autoidentidade do agente, que dão um senso de continuidade e ordem aos eventos cotidianos (Steele, 2005, p. 526, 2008, p. 7). Eventos imprevisíveis ou ‘situações críticas’<sup>9</sup> produzem ansiedade quando são impassíveis de serem acomodados nas rotinas estabelecidas pelo agente, representando uma quebra da continuidade do senso de autoidentidade, o qual tem que monitorar seu comportamento de forma reflexiva para possibilitar a mudança. Esse processo de monitoramento ocorre por meio da criação de narrativas biográficas, as quais enquadram os eventos não apenas numa ordem temporal, mas também com base em seu significado e importância para a história do agente, de modo que haja congruência entre sua concepção de autoidentidade e suas ações cotidianas (Steele, 2005, p. 526, 2008, p. 12–13). Entretanto, as capacidades reflexivas não são equivalentes em todos os agentes, o que explica a incapacidade de alguns em lidar com situações críticas e mudar de comportamento, inclusive empregar suas capacidades materiais (Steele, 2005, p. 526).

Steele (2005, 2008) também desenvolve o conceito de vergonha (*shame*), existente em Giddens (2002), para descrever o estado temporário mas severo de ansiedade provocado pela incapacidade de a narrativa biográfica refletir o comportamento do agente, ou seja, quando há uma desconexão entre as ações perseguidas e o senso de autoidentidade (Steele, 2005, p. 526–527, 2008, p. 3). No caso de atores coletivos, a vergonha se expressa discursivamente e pode ser identificada de duas formas: pela expressão de remorso com relação a erros do passado, que pode até gerar pedidos de desculpas formais por líderes estatais; e por meio de exercícios contrafactuais, isto é, a exposição de situações hipotéticas e das possíveis consequências indesejadas ao senso identitário do agente, com a relegação a tal curso de ação como ilegítimo (Steele, 2008, p. 13). O conceito de vergonha serve de metáfora para compreender ações contrárias a segurança física mas direcionadas ao fortalecimento da segurança ontológica, argumento também defendido por Mitzen (2006), as quais se enquadrariam na ideia realista de

---

<sup>8</sup> Apesar de o trabalho de Mitzen ter sido publicado em 2006, Steele dialoga com suas contribuições, citando-o com base na versão manuscrito.

<sup>9</sup> Steele (2008) estuda os casos da Guerra Civil norte-americana para a Britânia, do ultimato alemão de agosto de 1914 à Bélgica e a crise de Kosovo entre 1998 e 1999 para os membros da OTAN, como exemplos de situações críticas cujas respostas (ou suas motivações) podem ser mais bem compreendidas a partir do conceito de segurança ontológica.

autoajuda, podendo então ser consideradas como racionais e não meras ações morais<sup>10</sup> (Steele, 2005, p. 528–529, 2008, p. 2–3).

Por fim, Ayse Zarakol (2010) acentua que a necessidade de integridade do ‘eu’, teorizada por Giddens (2002), no âmbito estatal, relaciona-se tanto à necessidade de reconhecimento internacional para ser sustentável nas relações intersubjetivas como à posição do país nas hierarquias existentes entre os estados, ou seja, de seu *status*. Dessa forma, a autora entende que a vergonha também pode ser produzida pela existência de um particular *status* (inferior) e que pode ter um efeito ainda pior sobre o senso de segurança ontológica do estado, pois não está vinculado a uma ação particular, mas sobre um estado de ser enraizado historicamente na narrativa biográfica estatal e, por isso, mais complexo de ser abordado por comportamentos reflexivos (Zarakol, 2010, p. 20). Como a participação no sistema internacional moderno é baseada na conformidade com as normas universais europeias/ocidentais (Rojas, 2016), é necessário problematizar as pressões sociais sobre as narrativas biográficas dos estados geradas por "eus possíveis" (ou identidades idealizadas), em comparação com os padrões ocidentais de modernidade, e como isso influencia a ação estatal (Zarakol, 2010, p. 18–20).

Em suma, pode-se compreender essa abordagem como uma tentativa inicial de aplicar o conceito de segurança ontológica na disciplina de RI, principalmente com o objetivo de estabelecer um diálogo com as abordagens dominantes, de modo a justificar a relevância da perspectiva para o estudo dos processos securitários e, assim, abrir terreno para a afirmação de uma agenda própria de pesquisa (Croft, 2012, p. 225).

### *1.2 A abordagem subjetiva: a segurança ontológica e o indivíduo*

Contrariamente aos estudos da abordagem estadocêntrica, que dialoga com as teorias dominantes das RI e dos estudos de segurança, com foco no estado como objeto referente da segurança, alguns autores, como Catarina Kinnvall (2004) e Stuart Croft (2012), desenvolveram trabalhos que retêm o foco no indivíduo como objeto referente dos processos de busca por segurança ontológica, como nas teorizações de Laing (1990) e Giddens (2002) (Peoples & Vaughan-Williams, 2021, p. 70). Em síntese, esses autores buscam compreender a securitização das identidades por meio do conceito de segurança ontológica e seus impactos no estudo da segurança. A partir da perspectiva da segurança ontológica individual, intersubjetivamente construída, busca-se analisar o

---

<sup>10</sup> Considera-se ação moral aquela direcionada a persecução de um princípio moral e não um interesse próprio, sendo as intervenções humanitárias um exemplo desta atuação (Steele, 2008).



desenvolvimento de identidades coletivas e como estas podem entrar em conflito (Croft, 2012, p. 220).

A perspectiva de Kinnvall (2004, 2006) se distingue pela ênfase às experiências e às complexidades do sujeito de segurança ontológica. Tomando o indivíduo como objeto referente sob a lente das relações intersubjetivas como nível de análise, a autora recupera o cotidiano como *locus* de securitização<sup>11</sup> e enfatiza as políticas de outridade<sup>12</sup> na criação das autoidentidades. O objetivo da autora é traçar como esses processos produzem efeitos identitários, em especial o de securitização da identidade, e as respostas emocionais aos sentimentos de insegurança. Esta consiste na busca por um identidade estável, independentemente de sua real existência, em face do outro-estranho (Kinnvall, 2004, p. 748–749; Peoples & Vaughan-Williams, 2021, p. 71–72). De modo a eliminar ambiguidades, o estranho-outro é transformado em inimigo por um discurso de exclusão e desumanização, que foca em características essencializadoras em prol do estabelecimento de barreiras estritas entre o eu e o outro, para, assim, acentuar uma sensação de segurança na ordem existente (Kinnvall, 2004, p. 754–755).

Kinnvall endossa a compreensão da segurança como “significante espesso” (*thick signifier*), proposta por Huysmans (1998), a qual não busca compreender o conceito de segurança em si, mas o contexto e as relações discursivamente enquadrados como ‘de segurança’<sup>13</sup> (Kinnvall, 2004, p. 744–745). Assim, define a segurança ontológica como

---

<sup>11</sup> Segundo a Escola de Copenhagen, a securitização pode ser entendida como a apresentação de uma questão como uma ameaça existencial, que requer medidas emergenciais e justifica ações fora dos limites dos procedimentos políticos normais, ou seja, trata-se de uma prática discursiva autorreferencial, pois independe da real existência da ameaça existencial, mas de sua apresentação como uma (Buzan et al., 1998, p. 23–24). Em um movimento contrário, a dessecuritização implica na mudança de questões para fora do modo emergencial, retornando-as ao âmbito dos processos normais de barganha da espera política (Buzan et al., 1998, p. 4; 29).

<sup>12</sup> A identidade se constrói na diferença, ou seja, com referência aquilo que não se é, e vice-versa, com vistas ao estabelecimento de traços distintivos e sólidos, do que deriva o caráter contingente e relacional da identidade (Weldes, Laffey, Gusterson, & Duvall, 1999, p. 11). A busca por segurança pode desencadear a tentativa da fixação de certas identidades, por meio da transformação da diferença em outridade, ou seja, a construção do outro em contraposição ao eu, com base em descrição simplificadas, que removem sua complexidade (de Buitrago & Resende, 2019, p. 180–183; Weldes et al., 1999, p. 11). Então, o outro passa a ser articulado como uma fonte de insegurança – sua própria existência é tida como uma ameaça – que objetiva estabilizar e dar legitimidade à identidade e às ações do eu (Weldes et al., 1999, p. 11).

<sup>13</sup> Essa produção discursiva envolve o poder daquele que produz o discurso de torná-lo verdadeiro, ou seja, de endossar uma leitura específica de ameaça como forma de dominação. Isso permite analisar as dinâmicas estruturais e as desigualdades de poder por trás das diferentes visões acerca da segurança, de modo a esclarecer como as sociedades, institucional e discursivamente, colocam indivíduos em estruturas de marginalização, principalmente em face da modernidade, com foco nas emoções envolvidas no processo de mobilização identitária. Como as relações de poder geram insegurança, pode-se perceber uma íntima relação entre as condições estruturais de insegurança e o significado emocional da mobilização identitária, na medida em que gera a necessidade da busca por um identidade estável e segura, situação que pode, inclusive, se transformar em arma política (Kinnvall, 2004, p. 745–746; 748).

uma segurança do ser, fundamentada em um senso de confiança na correspondência entre a autopercepção do mundo com a realidade, que deve ser compreendida como um ‘processo de tornar-se’ (“*process of becoming*”), ou seja, não como um estado fixo e natural (Kinnvall, 2004, p. 746; 748).

Já Stuart Croft (2012) desenvolve uma conexão entre o processo de securitização, numa abordagem por ele denominada ‘pós-Escola de Copenhagen’, com questões identitárias e a busca por segurança ontológica. O conceito chave aplicado é o de ‘insecuritização<sup>14</sup>’, que denota a compreensão da segurança com um processo no qual a designação daqueles que devem ser protegidos e daqueles que devem ser objeto de controle e temidos é feita pelo poder dominante (Croft, 2012, p. 220). O indivíduo seguro ontologicamente é definido pelo autor como alguém que desenvolve uma experiência de vida significativa e tem um senso contínuo e consistente da realidade externa, o que permite o desenvolvimento de interações sociais e a construção de uma realidade comum, considerada normal. Dessa forma, é possível a construção de narrativas pessoais ou biografias que dão um senso de direção e completude ao contextualizar questões como ‘quem sou eu’ e ‘como ou por que devo agir’, de cunho intrinsecamente existencial (Croft, 2012, p. 221). A confiabilidade nessas narrativas que confere ao indivíduo o senso de segurança ontológica, que ‘põe entre parênteses’ ansiedades existenciais conectadas às raízes da experiência de existência no mundo (Croft, 2012, p. 222).

Essa leitura da segurança ontológica como um estado relativo permite a problematização do senso de subjetividade, o qual não é fixo, ou seja, as pessoas não têm uma ‘identidade essencial’ (*core identity*), mas ‘como se fossem identidades’ (*as-if identities*), que estão sempre em processo de desenvolvimento (Croft, 2012, p. 226–227). Por meio da conexão dos níveis macro e micro, ou seja, de como os indivíduos se baseiam em identidades coletivas para construir a própria subjetividade, é possível compreender como a violência é organizada por meio do apego das pessoas a identidades específicas mas múltiplas, em razão da insecuritização da subjetividade, que é, ao mesmo tempo, desencadeada pela busca por segurança ontológica (Croft, 2012, p. 232). Em suma, abre-se caminho ao estudo das mais diversas formas de exclusão e de marginalização criadas

---

<sup>14</sup> A insecuritização da identidade permite dar solidez social às identidades centrais à narrativa biografia dos indivíduos, a partir da construção temporal e espacial de outros vinculados à ideia de ameaça, de modo a possibilitar a construção de quais seriam as respostas ‘apropriadas’ e ‘adequadas’, em termos de segurança ontológica. Assim, insecuritizações sutis passam a integrar o senso comum e ser aceitas pelas pessoas quando construídas por sujeitos em estruturas de confiança, como atores sociais importantes na política, na mídia, na igreja, etc. (Croft, 2012, p. 228).

pelas estruturas de poder modernas por meio de crenças, práticas, rotinas e discursos (Croft, 2012, p. 232–233).

Pode-se perceber que, conquanto haja divergência no emprego do conceito ou na ênfase da análise, as abordagens estadocêntrica e subjetiva compartilham a inspiração nas premissas de segurança ontológica desenvolvidas por Anthony Giddens no âmbito da sociologia e por Ronald D. Laing no da psicologia (Kinnvall & Mitzen, 2017, p. 2). Identifica-se um cerne conceitual, constituído pelo foco na análise da relação entre segurança e identidade e entre identidade e resultados políticos, levando em consideração não somente aspectos estruturais, mas também cognitivos e afetivos. Considerando que a manutenção de uma narrativa biográfica contínua é essencial aos sujeitos políticos, a qual é socialmente construída, do mesmo modo que para os indivíduos, a busca por segurança ontológica passa a ser tão necessária quanto a busca pela segurança física (Kinnvall & Mitzen, 2017, p. 3–5).

### *1.3 A abordagem crítica ou ambivalente: segurança como um significante espesso e as contribuições psicanalíticas ao conceito de segurança ontológica*

Trabalhos recentes começaram a se voltar para as raízes psicológicas do conceito de segurança ontológica, que teriam sido negligenciadas pela visão sociológica de Giddens, a qual informa a maior parte da teorização nas IR, os quais passaram a ser considerados uma nova abordagem na literatura (Cash, 2017; Eberle, 2017; Gustafsson & Krickel-Choi, 2020; Vieira, 2018). Segundo Columba Peoples e Nick Vaughan-Williams (2021, p. 73), ela apresenta três características distintivas: primeiro, ao invés da especificação de um objeto referentes específico, busca identificar, em diferentes contextos, a natureza do contexto de segurança como um significante espesso (*thick signifier*). Segundo, problematizam a atribuição de um *status* ontológico à segurança ontológica, entendendo-o como um estado relativo que se *busca* alcançar. E terceiro, parte de uma origem pós-estruturalista para a teorização da segurança ontológica, baseada em Jef Huysmans<sup>15</sup> e Jacques Lacan<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> Jef Huysmans (1998) é considerado por autores como Kinnvall (2004, 2006), Steele (2005, 2008), Mitzen (2006) e outros um dos pioneiros na aplicação do conceito de segurança ontológica como uma abordagem crítica da segurança nas RI. Entretanto, é importante notar o que autor não desenvolve o conceito de segurança ontológica de forma sistemática, mas o posiciona como uma forma de articulação da segurança, com base na sua abordagem como significante espesso.

<sup>16</sup> Apesar do estudo inicial de Kinnvall (2004, 2006) fazer uma leitura de Huysmans e de autores psicanalíticos (como Kristeva e Lacan), a autora direciona seu foco de análise às lógicas de securitização das subjetividades, o que destoa da abordagem original de Huysmans (1998), que não foi idealizada para a

O trabalho Jef Huysmans (1998) advoga uma visão crítica das abordagens de segurança e adota uma posição ambivalente de seu objeto referente<sup>17</sup>, o qual corresponde ao trabalho realizado pelo conceito de ‘segurança’ em diversos contextos, isto é, o trabalho ordenador das práticas securitárias, abordagem por ele denominada como *significante espesso* (Croft & Vaughan-Williams, 2017). A abordagem pressupõe o foco na função desempenhada pela articulação da segurança em um determinado contexto, para compreender a finalidade e as consequências do enquadramento de uma questão ou situação como ‘de segurança’ (Huysmans, 1998, p. 231; 248; McDonald, 2008, p. 64). Em razão disso, a enunciação do significante ‘segurança’ se torna autorreferencial, pois passa a constituir, em si mesma, relações de insegurança, o que lhe confere um caráter performativo. Este se dá pelo fato de a segurança produzir uma realidade por meio de uma forma específica de ordenação, dentro de uma "ordem simbólica" particular, categorizando e excluindo relações sociais. Logo, o contexto social e histórico não pode ser desconsiderado da análise, pois este revela as forças de poder que operaram nas dinâmicas securitárias (Huysmans, 1998, p. 232–233).

Na prática, Huysmans (1998) entende que a segurança intermedia a relação entre a vida e a morte<sup>18</sup>, o que gera a articulação de uma dupla problemática securitária, em outras palavras, a mediação de duas formas interdependentes de articulação da segurança: a questão da segurança cotidiana (*daily security*), como forma de mediação de amizades e inimizades; e questão da segurança ontológica (*ontological security*), como forma de mediação de caos e ordem (Huysmans, 1998, p. 242). A segurança cotidiana se destina à definição, percepção, construção e administração de ameaças, como uma tentativa de adiar a morte pelo combate de ameaças concretas. Já a segurança ontológica consiste na estratégia de administrar os limites da reflexividade ao inserir relações sociais dentro de uma ordem simbólica e institucional. Por isso, relaciona-se a atividade política de

---

análise de narrativas e de sujeitos de segurança ontológica, razão do posicionamento de Kinnvall na abordagem anterior (Peoples & Vaughan-Williams, 2021, p. 73–74).

<sup>17</sup> O objeto referente é considerado ambivalente na medida em que não há sua especificação antes da análise. Nessa perspectiva, o objeto referente emana da ontologia determinada pela performance do significante ‘segurança’, em outras palavras, a identificação e constituição do objeto referente ocorre simultaneamente ao argumento securitário que visa protegê-lo. Assim, a insegurança ontológica não necessariamente precisa ser superada, podendo ser compreendida como uma possibilidade de rearticular a política mundial por meio da comparação dos diferentes significados articulados pelas práticas securitárias (Huysmans, 1998, p. 247–249; Peoples & Vaughan-Williams, 2021, p. 76).

<sup>18</sup> A morte, como fim último, mas indeterminado do ser humano, sempre foi alvo do escrutínio. Então, busca-se aplacar a incerteza ligada a morte, dada a impossibilidade de obtenção de conhecimento a seu respeito, por meio da concretização do medo pelo desconhecido, a qual se dá pela objetificação desse medo em inimigos e ameaças concretas, cujo combate se torna a prioridade principal (Huysmans, 1998, p. 236–237; Peoples & Vaughan-Williams, 2021, p. 74–75)

construção da ordem social, ou seja, a ordenação das relações sociais e, simultaneamente, da própria capacidade de auto-ordenação, com a construção de sua legitimidade (Croft & Vaughan-Williams, 2017, p. 6–7; Huysmans, 1998, p. 236; 242; Peoples & Vaughan-Williams, 2021, p. 75).

Em outra linha, Marco A. Vieira (2018) segue uma abordagem alternativa à segurança ontológica que se baseia na teoria lacaniana. Um conceito-chave dessa perspectiva de subjetividade é o de fantasia, que, como explica Jakub Eberle (2017), permite a compreensão tanto da construção narrativa do mundo social quanto dos meios para lidar com a ansiedade e a segurança ontológica. A fantasia se constitui nas "histórias que contamos a nós mesmos e uns aos outros para dar sentido ao mundo multifacetado e ambíguo"<sup>19</sup> (Eberle, 2017, p. 3 tradução dos autores), ou seja, são molduras narrativas que permitem aos sujeitos construir e se conectar à realidade social e, ao mesmo tempo, estabilizá-la. Para Lacan, como aponta Eberle (2017, p. 5), as fantasias servem como um mecanismo de proteção que oferece uma identidade inteira imaginada, que oferece aos sujeitos algum grau de fechamento e, portanto, proteção contra a ansiedade (Eberle, 2017, p. 7), oferecendo segurança ontológica ou, pelo menos, uma promessa disto.

Nessa linha de raciocínio, Vieira (2018, p. 9–11) argumenta que, na busca incessante pela segurança ontológica, a ansiedade atua como um motor emocional inconsciente que leva os atores a (re)construir discursivamente sua subjetividade por meio de significantes-mestres<sup>20</sup>, um processo que é "movido pela ansiedade" e "fantasiado". A narrativa de fantasia serve para dar aos sujeitos a ilusão de completude, de modo que eles possam se movimentar pelo mundo social, exercendo sua agência com propósito.

Essa agenda com foco na ambivalência e nas relações de poder, estabelecida pelos trabalhos recentes em segurança ontológica, utiliza a abordagem de segurança como 'significante espesso', de Huysmans, como forma de possibilitar a análise do contexto e dos efeitos performativos das práticas e dos discursos de segurança. Então, a insegurança ontológica deixa de ser um estado a ser superado e passa a ser vista como uma força de reestruturação da realidade política (Peoples & Vaughan-Williams, 2021, p. 76).

As divisões apresentadas, apesar de inerentemente sujeitas a contestação, buscaram mapear as diferentes contribuições existentes na literatura de segurança

---

<sup>19</sup> No original: "Fantasies are stories we tell ourselves and to one another to make sense of the multifaceted and ambiguous".

<sup>20</sup> Os significantes-mestres são extraídos da "ordem simbólica preexistente", como "ideais, valores, convenções e significados articulados na linguagem", e se tornam objetos de desejo do sujeito "como forma de sustentar um senso ilusório de estabilidade psicológica"<sup>20</sup> (Vieira, 2018, p. 9 tradução dos autores).

ontológica nas RI. Além disso, demonstram a importância da abordagem, que tem conectado debates críticos de segurança sobre identidade, subjetividade, resistência e crises políticas, inclusive com foco em possibilidades de mudança política, para a compreensão dos processos securitários contemporâneos (Peoples & Vaughan-Williams, 2021, p. 78).

## **2 Críticas e debates na aplicação do conceito de segurança ontológica nas Relações Internacionais**

Um dos primeiros pontos de debate na literatura se relaciona à fonte da segurança ontológica no mundo político, ou seja, se há uma influência maior das pressões identitárias relacionais ou exógenas, oriunda das interações e do ambiente internacional, ou das pressões identitárias subjetivas ou endógenas, relacionadas as visões sobre o ‘eu’ estatal contidas na narrativa biográfica, debate que, segundo Zarakol (2010, p. 3–4), deriva da problemática agente-estrutura das RI. A autora identifica três formas diversas de operacionalizar a questão, metodologicamente: a primeira, com foco em dinâmicas sociais, intersubjetivas ou externas (Mitzen, 2006); a segunda, através da ênfase em processos individuais, reflexivos ou internos (Steele, 2005, 2008); e, uma terceira, considerada intermediária em razão de buscar integrar ambas as posições (Kinnvall, 2004).

A segunda crítica diz respeito à questão do nível de análise, ou seja, a aplicação do conceito, originalmente desenvolvido com referência ao indivíduo, para o estado. A abordagem estadocêntrica se encontra em alguns dos trabalhos principais e pioneiros no estudo da segurança ontológica nas RI, como os desenvolvidos por Jennifer Mitzen (2006), Brent Steele (2005, 2008) e Ayse Zarakol (2010), os quais, apesar de o conceito de segurança ontológica ter sido desenvolvido, tanto em Laing como em Giddens, no nível individual e com foco no indivíduo intersubjetivamente considerado, transpõe o conceito para o nível estatal e tomam o estado como objeto referente (Croft, 2012, p. 219–220; Croft & Vaughan-Williams, 2017, p. 5–6). Inclusive, essa questão de quem deveria ser o sujeito de busca por segurança ontológica é um dos principais debates da literatura. Alanna Krolikowski (2008, p. 111) aponta que esse movimento analítico é problemático por obscurecer importantes aspectos relacionados a forma que o estado, como uma instituição em evolução, impacta o senso de segurança ontológica dos indivíduos. Já Stuart Croft (2012, p. 225) entende que a literatura deveria focar na compreensão do

enquadramento intersubjetivos das inseguranças individuais ao invés de reificar o estado, como muitos estudos de teorias das RI fazem.

Mitzen apresenta três justificativas para a transposição conceitual do nível individual para o coletivo. Primeiro, por meio da noção de personificação do estado, ou seja, a atribuição de qualidades antropomórficas para os estados, tratando-os “como pessoas”, com o propósito heurístico de compreender aspectos reais do comportamento estatal na política internacional. Segundo, para suprir a necessidade de segurança ontológica dos indivíduos que compõe o estado, de modo que a sociedade tenha um ambiente cognitivo estável que ofereça segurança às identidades individuais e permita uma conexão a estas identidades coletivas e a preservação da distintividade do grupo social. E, por fim, por permitir a compreensão de padrões de nível-macro, como a falta de confiança entre estados e o cumprimento do Direito Internacional, apesar de variações de nível-micro, como regime, personalidade do líder ou posição no balanço de poder (Mitzen, 2006, p. 351–353).

Steele, apesar de concordar com a ideia de personificação do estado, entende que ela se justifica pelo fato de que os agentes estatais, ao atuarem em nome do estado “são o estado”, pois têm o dever e a capacidade de realizar escolhas políticas com base em uma narrativa que considera políticas anteriores e compromissos firmados, a qual constitui o senso identitário estatal (Peoples & Vaughan-Williams, 2021, p. 69–70; Steele, 2005, p. 529, 2008, p. 15–20). Assim, narrativas biográficas são utilizadas não somente por indivíduos como por atores coletivos, como o estado, em prol de reafirmar o senso de eu no tempo e no espaço, independentemente do nível de análise em que foca (Steele, 2019, p. 3). Outra justificativa apresentada por Steele (2008, p. 16) diz respeito a importância do uso das emoções, como o medo e o ódio, para justificar, ontologicamente, o comportamento estatal, por gerarem uma conexão emocional entre os indivíduos e o estado.

Uma perspectiva conciliadora é a defendida por Nina C. Krickel-Choi e Ching-Chang Chen (2023, p. 7), segundo a qual é possível a aplicação do conceito de segurança ontológica quando em face de comportamento de agência, através de múltiplos níveis, inclusive no estatal (Steele, 2019). Além da utilidade analítica da aplicação do conceito para compreender diferentes processos, estudos apontam que emoções coletivas como a ansiedade atuam no nível de grupos e que tem efeitos emergentes e até constitutivos sobre os indivíduos, o que pode explicar a conexão emocional destes com construções sociais

como estados e nações (Ejdus, 2020, p. 13; Kinnvall, 2018, p. 8–10; Krickel-Choi, Chen, & Bukh, 2022, p. 5–6).

Outro aspecto importante é que os trabalhos iniciais sobre segurança ontológica nas RI, apesar da crescente popularidade, passaram a ser alvo críticas relacionadas ao que se considera um uso acrítico, ligado a fusão dos conceitos de ‘identidade’ e de ‘eu’, a qual gera uma essencialização do eu como sujeito político e uma fusão entre as noções de segurança ontológica e de estabilidade identitária (Peoples & Vaughan-Williams, 2021, p. 76–77). Sobre a primeira questão, muitas vezes, observa-se na literatura a segurança ontológica sendo definida, ao mesmo tempo, como “segurança do eu” (Chernobrov, 2016, p. 582; Klose, 2020, p. 3; Mitzen, 2006, p. 341) e como “segurança da identidade” (Akchurina & Della Sala, 2018, p. 1639; Lupovici, 2012, p. 809–810) (Gustafsson & Krickel-Choi, 2020, p. 5–6; Krickel-Choi & Chen, 2023, p. 7).

Nina C. Krickel-Choi e Ching-Chang Chen (2023) buscam iluminar a diferença conceitual entre eu e identidade. Os autores explicam que o eu se refere a um sujeito, ou seja, “uma entidade contínua dotada com agência autônoma” (Krickel-Choi & Chen, 2023, p. 8). A identidade, por outro lado, diz respeito às várias narrativas e expectativas comportamentais que informam a ação daquele sujeito, contadas para que sua existência faça sentido. Assim, a compreensão do eu como pessoa (*personhood*) pressupõe a existência de um senso de continuidade no tempo e no espaço, a capacidade de ação autônoma e o reconhecimento da subjetividade e o respeito por parte de outros. Então, é possível a articulação de identidades que vão diferenciar o eu de outros da mesma categoria (pessoas ou estados, por exemplo) (Krickel-Choi, 2022, p. 7; Krickel-Choi & Chen, 2023, p. 8).

Sobre o foco na continuidade e na designação de uma espécie de *status* ontológico à segurança ontológica, Browning e Joenniemi (2017) apontam que a redução do conceito à preservação de um entendimento estanque da identidade reduz o papel do eu e sua habilidade de lidar com mudanças, bem como sua conexão à intersubjetividade e às dinâmicas de reconhecimento. A consequência é uma espécie de *status quo bias*, ou seja, a consideração da mudança como negativa e a uma concepção restritiva da segurança ontológica como preservação de identidades existentes, além de confundir sujeitos com identidades sem se atentar à inter-relação entre estes conceitos, como supramencionado (Browning & Joenniemi, 2017, p. 33–34; 40). Além disso, ocasiona um generalizado foco empírico em situações conflitivas, em que se observa contestações ou ameaças identitárias (Croft, 2012; David, 2019; Lupovici, 2012; Mitzen,



2006; Rumelili & Çelik, 2017), o que faz com que outras formas cotidianas de busca por segurança ontológica sejam subestimadas (Krickel-Choi, 2022, p. 4).

Apesar do pressuposto de necessidade de estabilidade cognitiva administração da incerteza e, conseqüentemente, para contenção da ansiedade em face de situações críticas, a fixação de certas estruturas de significado, com a imaginação de identidade fixas ou homogêneas, vai contra a própria natureza intersubjetiva das identidades, como construções sociais inerentemente contestadas, refletindo, na verdade, inseguranças ontológicas (Browning & Joenniemi, 2017; Cash & Kinnvall, 2017, p. 2020; Eberle & Handl, 2018). Para Browning e Joenniemi (2017), segundo Giddens, a segurança ontológica se relaciona a capacidade de um ator de lidar com incertezas e mudanças, o que pode requerer o desenvolvimento e a alteração da narrativa biográfica ou do comportamento (Browning & Joenniemi, 2017; Peoples & Vaughan-Williams, 2021, p. 77). Por isso, é necessário priorizar estratégias de alívio de ansiedade que não impliquem na interpretação da diferença em termos de ameaça identitária, pois tanto a insegurança ontológica como a ansiedade dependem da forma pela qual os atores lidam com a diferença (Cupać, 2020, p. 12).

Por fim, Will K. Delehanty e Brent J. Steele (2009, p. 525) e Chris Rossdale (2015, p. 373;377) se atentam às implicações éticas daquelas abordagens, apontando à problemática de fechamento da subjetividade, ou em outras palavras, a vinculação a uma identidade única que é duramente oposta a um outro externo e, portanto, que exclui a possibilidade de ambivalência e de diferença (Vieira, 2018, p. 7–8). Dessa forma, pode haver uma despolitização do sujeito político, com o fechamento de questões ligadas à existência, o que gera o disciplinamento ou a marginalização dos modos de subjetividade que resistem ao fechamento das estratégias de busca por segurança ontológica, principalmente às de securitização. Por isso, defende-se a importância da deliberação ético-política e da busca pela alternativas de resistência que acentuem as inconsistências das narrativas dominantes, ou seja, reafirmam a necessidade da exploração de políticas alternativas de subjetividade que abram espaço para grupos então marginalizados (Delehanty & Steele, 2009, p. 525; Rossdale, 2015, p. 383–384). Jakub Eberle (2017) também critica a zona de conforto que uma identidade estável pode supostamente oferecer, instando à reflexão sobre os efeitos excludentes e opressivos que a busca por fechamento da narrativa biográfica inflige sobre outros, em prol da segurança ontológica.

Pelo que se pode observar, a diversidade, que é característica fundamental da agenda de pesquisa em segurança ontológica, abre margem a muitas divergências

teóricas. Para Peoples e Vaughan-Williams (2021, p. 78), isto representa uma oportunidade de aplicar o conceito ao mesmo tempo em que o conecta a debates mais amplos dos estudos críticos de segurança. A partir desse panorama dos debates e das críticas sobre a aplicação do conceito de segurança ontológica nas RI, a próxima seção se debruça sobre o delineamento de uma proposta de operacionalização teórico-metodológica do conceito, com vistas a possibilitar futuras análises empíricas sobre o tema.

### **3 O processo de busca por segurança ontológica: delineando uma proposta de operacionalização através da análise das dimensões da narrativa biográfica**

Partindo do pressuposto que as narrativas biográficas são o principal instrumento de manutenção da segurança ontológica, sob uma abordagem discursiva, a segurança ontológica está relacionada à necessidade de um ator manter uma narrativa biográfica contínua para atingir um senso estável de identidade, cuja necessidade pode até mesmo colocar em risco sua segurança física (Eberle & Handl, 2018; Kinnvall & Mitzen, 2017). Por meio da análise das narrativas, visa-se identificar, além das representações e das estruturas discursivas, os padrões na ordenação dos eventos, além de como esses padrões são mantidos ao longo do tempo, considerando a necessidade de integração de novos eventos à narrativa (Rumelili & Çelik, 2017, p. 7). Por funcionarem como descrições autobiográficas do narrador, sob constante disputa política, as narrativas biográficas são essenciais na identificação de seu conceito de ‘eu’, pois utilizam o passado para guiar e explicar o presente e o futuro (Shenhav, 2015, p. 4).

Nesse processo de construção do “eu” estatal, caracterizado como um processo de tornar-se, diversas narrativas competem na construção e manutenção das autobiografias dos estados, em um processo mutuamente constitutivo, como forças de contestação à fixação do eu dominante (Delehanty & Steele, 2009; Narozhna, 2020). A narrativa, da perspectiva da segurança ontológica, é vista como um dispositivo de criação de sentido que permite que as concepções de identidade estável sejam projetadas, até mesmo protegidas, através do tempo e do espaço (Steele & Homolar, 2019).

Com base na literatura construtivista sobre as relações entre o poder das ideias e as decisões políticas, essa competição se dá em um ambiente ideacional altamente contestado, de modo que há uma mútua constituição da narrativa dominante e das subjogadas, simultaneamente, pois o eu-nacional não é homogêneo, mas é retratado de tal forma pela narrativa dominante para mascarar narrativas competitivas de grupos

marginalizados (Delehanty & Steele, 2009; Narozhna, 2020). Esse processo confere uma fluidez natural ao senso identitário e, conseqüentemente, torna-o insuscetível de total controle, pois depende do reconhecimento de outros atores e em face da ordem internacional, de modo que ações direcionadas à mudança podem ameaçar a segurança ontológica do estado (Eberle & Handl, 2018).

Uma análise sobre a segurança ontológica requer a consideração de seis dimensões, em três níveis. Essas dimensões são: a temporal, a espacial, a material, a emocional, a relacional e a normativa. Antes de adentrar em cada uma delas, explica-se primeiro como uma divisão heurística da narrativa biográfica em níveis pode contribuir na compreensão do processo de busca por segurança ontológica, considerando a importância da identificação das nuances de mudança e de continuidade.

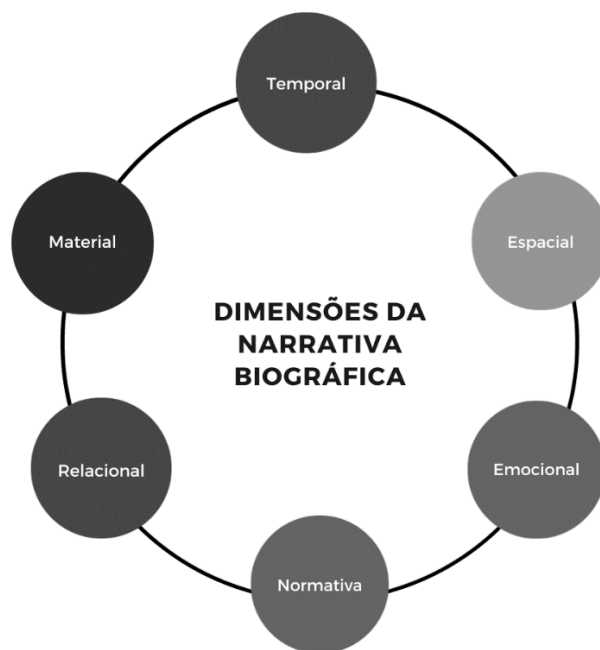
### *3.1 Os níveis da narrativa biográfica de busca por segurança ontológica*

As narrativas biográficas são o principal instrumento de manutenção da segurança ontológica, pois servem de mecanismo à construção de estórias sobre a identidade dos atores, permitindo sua organização em sequências temporais que dão um senso de continuidade biográfica e servem de guia normativo para a ação (Eberle & Handl, 2018, p. 4). O processo de busca por segurança ontológica via narrativas se desenvolve em três níveis ou formas: um subjetivo; um intersubjetivo; e um externo. O nível subjetivo ou de identidade diz respeito as narrativas sobre o eu construídas no âmbito interno e negociadas dentro da sociedade, as quais criam uma autoimagem do eu pautada em certas normas e expectativas compartilhadas, conforme o ator político busca projetar sua identidade nas relações internacionais. O nível intersubjetivo ou político envolve as narrativas sobre outros significantes, os quais se interligam ao eu por meio de relações (amizade, inimizade, rivalidade, etc) que constroem e reforçam a identidade do eu. E o nível externo abriga as narrativas sobre o sistema internacional como um todo, ou seja, uma noção geral sobre a ordem internacional, da qual a identidade do eu depende e também contribui na manutenção (Eberle & Handl, 2018, p. 5; Miskimmon, O'Loughlin, & Roselle, 2017, p. 2–3; 8).

A separação da narrativa biográfica em níveis tem o propósito analítico de auxiliar na explicação da mudança na política externa e, ao mesmo tempo, a identificação das continuidades que permitem a manutenção da coerência da narrativa e do senso de segurança ontológica (Eberle & Handl, 2018, p. 2). Na realidade, esses níveis são interligados e precisam de uma concatenação lógica que permita a sustentação de um

nível básico de coerência narrativa, pois a construção de um nível influencia e reforça a dos outros (Eberle & Handl, 2018, p. 5). Desse modo, as mudanças podem se dar em diferentes níveis da narrativa biográfica, da mesma forma que nas políticas, e a separação entre continuidade e mudança acaba sendo borrada no processo de reconstrução narrativa, a depender do conteúdo, da forma e do contexto da cada narrativa (Eberle & Handl, 2018, p. 7).

Figura 1: Dimensões da narrativa biográfica



Fonte: elaboração pelos próprios autores.

A seguir, apresenta-se uma possibilidade de análise do processo de busca por segurança ontológica através de narrativas com base nas dimensões que a compõe: a temporal, a espacial, a material, a emocional, a relacional e a normativa (ilustradas na Figura 1, acima).

### *3.2 As dimensões da narrativa biográfica de busca por segurança ontológica:*

#### *a) A dimensão temporal:*

A dimensão temporal localiza o eu em um contexto de passado, de presente e de futuro, o que ressoa com a ideia de Anderson de comunidades imaginadas, que se organizam em torno de orientações temporais compartilhadas, desde tempos imemoriais e em direção a um futuro imaginado (Anderson, 2008, p. 32–34; Berenskötter, 2014, p. 270). Assim, o processo de criação de narrativas biográficas é inseparável do de

lembança histórica (Auchter, 2020, p. 114; Budryte, Almeida Resende, & Becker, 2020, p. 7). Pensar o eu no presente implica tanto uma perspectiva daquilo que se passou como do que se pretende, ou seja, do eu histórico e do eu futuro, os quais adquirem significado na narrativa biográfica por meio de memórias e de visões (Berenskötter, 2014, p. 272).

O processo de lembrança constitui uma forma de busca afetiva por segurança ontológica, na qual há uma interligação entre criatividade narrativa, de busca por coerência e por valorização emocional do eu (Szkola, 2020, p. 52). Assim, a reflexão sobre as ações e experiências passadas contribui na compreensão da própria subjetividade (a noção de ‘quem sou eu’) ao conferir significado ao passado. Em uma comunidade, esse senso histórico do eu se articula por meio de representações construídas no nível coletivo, como símbolos, estórias, mitos nacionais e normas, formando a chamada memória coletiva (Berenskötter, 2014, p. 270; Budryte et al., 2020, p. 7). Esta consiste em construções sociais que dão sentido à evolução histórica da sociedade como um todo e que geram senso de pertencimento a indivíduos e grupos, por meio do aprendizado e da apropriação dessas memórias pelos indivíduos (Berenskötter, 2014, p. 270–271; David, 2019; Deacon, 2023, p. 4; Rumelili, 2018).

As experiências servem de referências emocionais que permitem a identificação com uma memória. Entretanto, somente as experiências significativas são capazes de deixar uma marca na narrativa biográfica, pelo fato de, por meio de impressões emocionais, transformarem o passado em um local significante para o eu. Essas experiências extraordinárias interferem nas estruturas de significado criadas pela narrativa biográfica e requerem uma (re)configuração do próprio eu. Entretanto, nem todas as experiências importantes são representadas na narrativa, pois o processo de ‘recordação ou de lembrança’ (*remembering*), além de intrinsecamente seletivo e criativo, é entrelaçado com o de esquecimento. Essa seletividade de ‘passados usáveis’ ou de ‘glórias/traumas passados’ faz com o que até os silêncios narrativos importem, na medida que representam memórias ou experiências não articuladas, seja pela dificuldade ou pela inconveniência dessa representação (Berenskötter, 2014, p. 271).

As narrativas biográficas também envolvem a construção de imagens futuras de ‘eus futuros’, como forma de contrabalancear a incerteza do futuro por meio da reflexão acerca das diversas possibilidades e do delineamento de um espaço de manobra às ações. Essas ‘visões de futuro’ "servem como dispositivos de orientação essenciais, estimulando

e organizando esperanças, aspirações e expectativas"<sup>21</sup>, passando a integrar a narrativa biográfica (Berenskötter, 2014, p. 272 tradução dos autores). Da mesma forma que as memórias, as visões costumam se expressar no nível coletivo por meio de narrativas, que articulam significados compartilhados como motivações à ação coletiva. Elas podem tanto delinear futuros desejáveis (utopias) como futuros indesejáveis (distopias), estes últimos servindo principalmente como avisos, isto é, imagens das possibilidades negativas a serem evitadas ou que reforçam a perseguição das primeiras (Berenskötter, 2014, p. 273).

A aceitação e integração de uma determinada visão à narrativa biográfica se relaciona ao seu caráter simultaneamente robusto e criativo, no sentido de que as visões devem ser tanto ressoar com as experiências passadas e presentes, quanto abrir espaço para a inovação. A ênfase em cada um desses elementos pode variar, mas de qualquer forma as visões também devem ser vagas o suficiente para permitir a conexão de várias pessoas e a integração de novas experiências (Berenskötter, 2014, p. 273).

Em suma, a dimensão temporal da narrativa biográfica integra tanto o eu histórico, em memórias, como o eu futuro, em visões, os quais se entrelaçam para formar compreensões do eu no presente (Berenskötter, 2014, p. 273). Destaca-se que: "memórias e visões são parte integrante de uma narrativa que olha para trás e para frente e, portanto, busca localizar o eu no passado e no futuro, emprestando assim o *status* ontológico do eu histórico/futuro"<sup>22</sup> (Berenskötter, 2014, p. 274 tradução dos autores). Assim, não somente o presente, como o passado e o futuro, só adquirem significado à luz das experiências vividas e das possibilidades futuras de existência, orientando-se por uma mescla de memória e esperança.

#### *b) A dimensão espacial:*

A dimensão espacial localiza as experiências do eu com referência a espaços e locais específicos (territórios, paisagens ou cidades, por exemplo), o que gera senso de pertencimento e de ordem. Isso porque experiências estão atadas a lugares específicos, os quais ganham significado em razão desta associação. O espaço não é entendido como um dado objetivo, uma extensão externa e independente do eu, mas em termos de

---

<sup>21</sup> No original: "serve as crucial orientation devices stimulating and organizing hopes, aspirations and expectations".

<sup>22</sup> No original: "Memories and visions are integral to a narrative that looks backward and forward and, thus, seeks to locate the Self in the past and the future, thereby lending the historical/future Self ontological status".

conhecimento e de apropriação; o eu e o mundo são interligados, mutuamente constituídos, e ganham sentido conjuntamente (Berenskötter, 2014, p. 274–275; 277).

Segundo Felix Berenskötter (2014), seguindo Otto Friedrich Bollnow (1963), a dimensão espacial pode ser definida através de três características: centro; ordem; e horizonte. Primeiro, o centro se refere ao local a partir do qual o eu se orienta, não no sentido geográfico, mas de desenvolvimento, onde ocorrem a maioria de suas experiências e, por isso, tem um forte senso de conexão emocional. A partir deste local específico que a narrativa biográfica se desenvolve, funcionando como uma espécie de âncora cognitiva e emocional, que geral um senso de permanência, de moradia ou lar, permitindo a construção e a reconstrução do eu (Berenskötter, 2014, p. 275).

Segundo, a ideia de orientação espacial está conectada ao estabelecimento de ordem, ou seja, tornar o espaço qualitativamente significativo. Dessa forma, as utopias seriam as visões positivas de ordem e as distopias as visões negativas de ordem. Ordenar implica a criação de mecanismos normativo-cognitivos e emocionais que dão estrutura a existência-no-mundo (*being-in-the-world*) sob uma lógica de apropriação, isto é, de permite ao eu se posicionar com base em questões de ‘certo’ e ‘errado’, emitir julgamentos e fixar prioridades (Berenskötter, 2014, p. 276).

E, terceiro, a noção de horizonte diz respeito a criação de fronteiras, que ordenam o mundo em termos da diferenciação entre aquilo que é conhecido e do que está aberto à exploração. Sob esta perspectiva, fronteiras podem ser compreendidas como horizontes que definem o conhecido e o possível, sendo marcadores provisórios e não linhas fixas definidas contra outra entidade, mas cuja expansão depende das experiências e dos aprendizados obtidos através destas (Berenskötter, 2014, p. 276).

Em suma, a narrativa biográfica oferece ao eu o senso de existência-no-mundo ao situa-lo(a) em um ‘espaço ou horizonte de experiência’, que mapeia os locais de acordo com as experiências significantes ou memórias do passado, o que é conhecido; e em um ‘espaço visualizado ou horizonte de possibilidade’, que situa o eu em visões de futuro a ser alcançado (utopias) e a ser evitado (distopias), gerando expectativas de tornar-se (Berenskötter, 2014, p. 277). Essa concepção espacial abre margem a uma ontologia das comunidades políticas que não necessariamente se restringe às fronteiras formal e legalmente estabelecidas. A orientação espacial depende do significado atrelado ao espaço por meio das experiências ali vivenciadas, as quais permitem a criação de estruturas de conhecimento que co-constituem o eu, os outros e o mundo (Berenskötter, 2014, p. 277–278; 283).

*c) A dimensão material:*

A dimensão material complementa a dimensão espacial e se constitui pelos ambientes materiais, naturais ou construídos, em que a ação e as relações ocorrem, os quais, em razão da sua natureza constante, servem de âncora adicional à narrativa biográfica, robustecendo o senso de confiança e de continuidade do mundo, que são essenciais à segurança ontológica (Ejdus, 2017, p. 2–3; 16). Relembrando Giddens (1984, p. 118–119), a rotinização se situa em locais determinados, chamados de locais de interação, caracterizados não somente por suas propriedades físicas, mas também pelos significados contextuais que lhes são atribuídos e a forma como conferem um senso de fixação. Por isso, nem todos os ambientes materiais têm igual relevância para a segurança ontológica, a qual depende dos significados que lhes são imbuídos discursivamente (Ejdus, 2017, p. 3; 5). O senso de pertencimento é uma fonte importante de segurança ontológica ao prover um laço psicológico entre a narrativa biográfica e os locais que são cenários do trajeto espaço-temporal do eu, por meio de sentimentos de identificação. Os ambientes materiais são mais do que um cenário às atividades humanas; na realidade, são apropriados e transformados na construção dos sistemas de interação social (Giddens, 1984, p. 367–368).

A adoção desse papel de ‘local seguro’ se dá por meio de uma ligação discursiva à identidade do eu, por meio da qual o ambiente material se converte em “espaço ôntico”, ou seja, em uma extensão espaciais do eu coletivo que fazem com que as identidades coletivas, naturalmente fragmentadas, contestadas e contingentes, pareçam mais sólidas e contínuas (Ejdus, 2017, p. 5). A conexão discursiva que converte os ambientes materiais em espaços ônticos pode se dar por projeção ou por introjeção. A primeira forma envolve a projeção do eu para o ambiente material como se fosse uma tela, isto é, o objeto é criado para representar a identidade do eu, e a segunda forma requer a assimilação do ambiente material no projeto do eu, isto é, a apropriação de objetos pela narrativa biográfica (Ejdus, 2017, p. 5–6).

O ancoramento do eu no mundo material visa proteger o eu de ansiedades existenciais trazidas pela perspectiva de rápida mudança inerente ao mundo moderno. Pode, assim, servir de mecanismo defensivo de desestabilização ideacional ou de retenção da capacidade de ação. À semelhança dos discursos identitários, os espaços ônticos requerem contínua manutenção, monitoramento, reparação ou reinvenção da ligação discursiva (Ejdus, 2017, p. 7–8).



d) *A dimensão emocional:*

A busca por segurança ontológica, desde as teorizações originais por Laing (1960) e Giddens (2002), pode ser entendida como uma necessidade emocional do indivíduo, desencadeada pelos crescentes níveis de ansiedade provocados pelas dinâmicas do mundo moderno. A dimensão emocional acaba sendo pressuposta pela maioria dos estudos de segurança ontológica, da mesma forma que as teorias dominantes de RI, por muito tempo, menosprezaram a teorização e a análise das implicações das emoções na política internacional (Bleiker & Hutchison, 2008, p. 116; Crawford, 2000, p. 116).

Com a chamada ‘virada emocional’ nas RI, passou-se a entender que as emoções desempenham um papel central na política mundial, impactando na forma com que as pessoas lidam com questões ligadas a segurança, a identidade e a desastres ambientais, por exemplo, tornando-se mais salientes em tempos de crise (Bleiker & Hutchison, 2008, p. 115–116; Hutchison & Bleiker, 2014, p. 492; 494). Elas são fundamentais na constituição das identidades individuais e coletivas, ao contribuir na compreensão do eu em si mesmo, em sua relação com outros e com o mundo, impactando no desenvolvimento de laços relacionais e no senso de pertencimento, como fontes de conhecimento situado e ambivalente que guiam a capacidade de ação (Bleiker & Hutchison, 2008, p. 123–124; 128).

No âmbito dos estudos de segurança ontológica, percebe-se que há uma íntima conexão com emoções, além da questão da busca por estabilidade e redução da ansiedade, pois a (in)segurança ontológica se fundamenta em estruturas emocionais temporais e espaciais que auxiliam indivíduos, sociedades e estados a compreenderem a si mesmos e o mundo exterior (Kinnvall, 2017, p. 5). Nesse sentido, as estruturas políticas são entrelaçadas por ‘estruturas de sentimento’, produzidas relacional e socialmente com base em figurações de poder assimétricas, ativadas em referência a outras pessoas, instituições ou estados, como forma de ordenar espaços e narrativas (Cash, 2017, p. 392; Kinnvall, 2017, p. 7).

Nesse sentido, a dimensão emocional pode ser compreendida como a origem da narrativa biográfica e do casulo de relações de confiança, adquirida através da aceitação da realidade externa por meio do aprendizado do que constitui o eu e o que constitui os outros e os objetos externos, isto é, a diferenciação entre o eu e o não-eu através de práticas de fronteiras (*bordering*) (Cash, 2017, p. 392; Kinnvall, 2017, p. 7). Como argumenta Giddens (2002, p. 49–51), a busca por segurança ontológica depende desse

processo de “pôr entre parênteses” as questões existenciais, com a criação de um ‘casulo protetor’ de relações de confiança, entretanto, essa barreira não elimina possíveis ameaças, apenas gera um senso frágil de proteção, irreal. Essa fantasia, serve de mecanismo protetivo que gera segurança ontológica por meio do senso de estabilização do ambiente e de completude do eu contra as incertezas do mundo (Vieira, 2018, p. 5–8). Assim, a busca por segurança ontológica seria não apenas uma resposta as incertezas do mundo moderno, mas uma dimensão emocional do poder, mutuamente construída por meio das narrativas e das relações institucionais entre indivíduos e o estado (Kinnvall, 2017, p. 15).

*e) A dimensão relacional:*

É através da consciência da separação entre o ‘eu’ com relação à existência do outro e do ‘não-ser’, da obtenção de ‘consciência ontológica’, isto é, da percepção da própria individualidade existencial com referência à realidade externa, que o eu se torna capaz de buscar segurança ontológica (Cash, 2017, p. 392; Giddens, 2002, p. 49–51). Esta é apenas contingencialmente ligada a fatores psicológicos e afetivos, pois o contexto das relações intersubjetivas é essencial a segurança do eu (Eberle & Handl, 2018, p. 4). Assim, a dimensão relacional se refere, simultaneamente, ao ambiente social no qual as ações ocorrem e ao material social que constrói os próprios sujeitos (Pratt, 2016, p. 81), ou seja, ao processo de construção do senso de eu com base nas relações com outros atores (Akchurina & Della Sala, 2018, p. 1639).

Como sugerem os estudos antropológicos, a delimitação de um eu de um outro é uma parte ativa e contínua da formação da identidade, sendo necessário compreender como essas fronteiras nascem e são mantidas no ambiente social (Neumann, 1996, p. 166–167). Por isso, o processo de criação de segurança ontológica costuma se integrar à noção de outridade, pois a busca de liberdade para constituir um eu distinto envolve a construção de uma contraparte do eu, a qual se enraíza no tempo e no espaço, cujos limites e fronteiras estabelecem os termos de pertencimento (Akchurina & Della Sala, 2018, p. 1641).

Na prática, a rotinização das relações pode se dar através de diversas formas institucionais ou organizacionais, bem como refletir relações externas (amigáveis ou antagonistas) ou critérios intersubjetivos (auto-congratatórias ou autocríticas). Entretanto, casos de desordem cognitiva podem obstar a obtenção de relações rotinizadas e levar a insegurança ontológica, a qual pode se manifestar pela incapacidade de ação,

um senso de caos, desconfiança de outros atores ou um senso inconsistente ou descontínuo do “eu” (Bayly, 2015, p. 821).

*f) A dimensão normativa ou ordem simbólica:*

O eu é moldado e imerso em estruturas narrativas de significado pré-existentes que ditam os parâmetros para o estabelecimento de significados. Apesar de sua capacidade reflexiva e de seu papel em (re)produzi-las ativamente, os sujeitos têm sua capacidade de agência restringida por essa estrutura, no sentido de que ele deve se engajar com elas para estabelecer relações com os outros (Eberle & Handl, 2018, p. 5–6). Assim, cursos de ação específicos são permitidos dentro deste modelo ambiental, enquanto outros são tomados como inadequados ou improváveis, portanto, os atores devem se conformar a ele ou modificar sua narrativa biográfica para manter seu senso de identidade (Eberle & Handl, 2018, p. 6; Subotić, 2016, p. 614; Vieira, 2018, p. 6). Nesse sentido, a dimensão normativa comporta as estruturas de significado socialmente compartilhadas, ou uma ordem simbólica, construídas intersubjetivamente, que oferecem um terreno comum às interações sociais.

De acordo com Huysmans (1998) e Vieira (2018), a construção do ambiente externo pode ser entendida como uma narrativa que inclui uma ordem simbólica, a qual auxilia na função ordenadora da segurança ontológica. Dessa forma, o ambiente externo ao eu, ou ‘o internacional’ para as RI, não é uma estrutura estática, mas uma entidade social na qual os sujeitos desempenham um papel fundamental em sua construção. O eu, por meio de seus relacionamentos com os outros, não constrói apenas a própria subjetividade, mas também uma percepção compartilhada da realidade social (Eberle & Handl, 2018, p. 5)<sup>23</sup>.

Desta forma, o ambiente externo ou ‘o internacional’ pode ser entendido como uma narrativa, construído pelo conjunto dos discursos individuais dos atores, de modo que o internacional deve ser tratado como um projeto coletivo e não apenas como o cenário dos agentes sociais. Por isso, mudanças no ambiente normativo podem afetar a capacidade de ação e os relacionamentos com outros atores (Hom & Steele, 2020, p. 325). Esse argumento corrobora a conclusão de Zakarol (2010) de que tanto as dimensões internas quanto as externas são fontes de (in)segurança ontológica, refletindo a

---

<sup>23</sup> No original: “which it [the identity] depends and to whose maintenance it [the identity] contributes”.

necessidade de continuidade da autobiografia e do ambiente dinâmico, uma vez que há uma interação temporal entre ordem e significado que torna a agência possível.

Nesse sentido, Bilgic e Pilcher (2023, p. 7) argumentam que as hierarquias são funções produzidas pela ordem simbólica, que é constituída pelas autopercepções sobre o ambiente do qual derivam significados e significantes mestres, produzidos intersubjetivamente. Assim, o comportamento de busca por *status* pode ser entendido como um instrumento para a segurança ontológica, sendo o *status* uma narrativa de fantasia ou, em outras palavras, é visto como um objeto que tenta satisfazer o desejo do eu por um senso de completude (Bilgic & Pilcher, 2023, p. 2).

Portanto, os processos de construção, manutenção e contestação da ordem estão interconectados com a formação da identidade e a busca por segurança ontológica, de modo que as práticas de reconhecimento podem ser fontes de deslegitimação que criam (in)segurança ontológica. Logo, a ordem dominante costuma refletir a imagem de seus construtores, ou seja, é um produto dos processos de formação de identidade, mostrando a centralidade do eu na construção do internacional (Heritage & Lee, 2020).

O modelo de análise proposto serve como instrumento de reconstrução da narrativa biográfica, como instrumento principal de busca por segurança ontológica, com foco na identificação e categorização das principais temáticas articuladas. Permite estabelecer um panorama da narrativa analisada, com base nas seis dimensões constitutivas da narrativa biográfica, que são seis: a temporal, a espacial, a material, a emocional, a relacional e a normativa. Pode-se, assim, compreender o impacto da identidade na formação das percepções e das respostas pautadas na busca e na manutenção de um senso de segurança ontológica. Dessa forma, possibilita a realização de análises empíricas sobre as mais diversas questões, conforme sua representação narrativa, e como elas impactam a auto-compreensão do eu, da sua realidade externa e as suas relações com outros significantes.

## **Conclusão**

Este estudo apresenta um panorama da teoria de segurança ontológica nas Relações Internacionais, por meio da identificação das principais abordagens, conceitos e críticas desenvolvidos pela literatura nas últimas décadas. Também oferece uma proposta de operacionalização para a análise empírica do conceito. Como limitações, destaca-se que, embora se tenha recorrido à uma extensa pesquisa da literatura, com a inclusão das principais referências da área de segurança ontológica nas RI, não foi

realizada uma revisão sistemática da literatura nas principais bases de dados científicas, o que gera uma amostra que pode não refletir o panorama atual das pesquisas, para a discussão de todas as óticas pelas quais o conceito tem sido estudado.

O conceito de segurança ontológica é aplicado nas RI com foco na compreensão da relação entre segurança e administração de ameaças existenciais, tendo o chamado paradigma Laing-Giddens como principal marco teórico. A segurança ontológica pode ser definida como a necessidade de um senso de 'eu' íntegro e contínuo no tempo e no espaço, o qual permite ao ator enfrentar os desafios do mundo e exercer sua capacidade de ação de forma propositiva. Trata-se de uma abordagem alternativa da segurança que busca complementar as abordagens tradicionais, por meio da articulação de questões de identidade, de segurança e políticas para a compreensão de novos processos de busca por segurança.

Aponta-se que a literatura sobre segurança ontológica nas RI não é homogênea, com diferenças epistemológicas e metodológicas, as quais parecem refletir os grandes debates da área e a resistência a um engajamento interdisciplinar mais amplo. Identificam-se três abordagens principais: a estadocêntrica, a subjetiva e a crítica ou ambivalente; considerando seus principais conceitos e contribuições. Os principais debates e críticas à aplicação do conceito no estudo das RI se relacionam, em síntese, a questão da fonte da segurança ontológica, ao nível de análise, ao foco na manutenção do *status quo* e a implicações éticas e normativas. Essas divergências teóricas se devem, principalmente, à diversidade da literatura e aos crescentes estudos que buscaram aplicar o conceito e se engajar aos debates mais amplos dos estudos críticos de segurança.

Para a elaboração de uma proposta de operacionalização do conceito, parte-se do pressuposto de que a criação e a manutenção de narrativas biográficas são o principal instrumento de busca por segurança ontológica. Além de localizarem as experiências coletivas espaço-temporalmente, elas contribuem no estabelecimento de laços afetivos coletivos através da articulação de determinadas memórias, para oferecer um senso de continuidade entre passado e presente, que dá sustentação a visões específicas de futuro e servem de guia à ação política.

A pesquisa identifica seis dimensões da narrativa biográfica: temporal, espacial, material, emocional, relacional e normativa. O objetivo foi oferecer um instrumental teórico-conceitual que permita uma análise compreensiva do processo de busca por segurança ontológica dos atores políticos, levando em conta seu caráter complexo, dinâmico e multifacetado. Esta operacionalização constitui uma importante contribuição

desta pesquisa à literatura de segurança ontológica, permitindo conciliar as diversas perspectivas desenvolvidas ao longo dos anos, que costumam analisá-las de forma separada. Assim, representa um esforço em direção à compreensão da complexidade inerente ao fenômeno, permitindo o desenvolvimento de futuras análises empíricas na temática.

## Referências

- Akchurina, V., & Della Sala, V. (2018). Russia, Europe and the Ontological Security Dilemma: Narrating the Emerging Eurasian Space. *Europe-Asia Studies*, 70(10), 1638–1655. <https://doi.org/10.1080/09668136.2018.1546829>
- Anderson, B. R. O. (2008). *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo* (D. Bottman, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Auchter, J. (2020). Burial, Reburial, and the Securing of Memory. *Interdisciplinary Political Studies*, 6(1), 113–137. <https://doi.org/10.1285/I20398573V6N1P113>
- Bayly, M. J. (2015). Imperial ontological (in)security: ‘Buffer states’, International Relations and the case of Anglo-Afghan relations, 1808–1878. *European Journal of International Relations*, 21(4), 816–840. <https://doi.org/10.1177/1354066114557569>
- Berenskötter, F. (2014). Parameters of a national biography. *European Journal of International Relations*, 20(1), 262–288. <https://doi.org/10.1177/1354066112445290>
- Bilgic, A., & Pilcher, J. (2023). Desires, Fantasies and Hierarchies: Postcolonial Status Anxiety through Ontological Security. *Alternatives: Global, Local, Political*, 48(1), 3–19. <https://doi.org/10.1177/03043754221086170>
- Bilgin, P. (2008). Critical Theory. Em P. D. Williams (Org.), *Security studies: An introduction* (p. 89–102). London: Routledge.
- Bleiker, R., & Hutchison, E. (2008). Fear no more: Emotions and world politics. *Review of International Studies*, 34(S1), 115–135. <https://doi.org/10.1017/S0260210508007821>
- Browning, C. S., & Joenniemi, P. (2017). Ontological security, self-articulation and the securitization of identity. *Cooperation and Conflict*, 52(1), 31–47. <https://doi.org/10.1177/0010836716653161>
- Budryte, D., Almeida Resende, E., & Becker, D. (2020). “Defending Memory”: Exploring the Relationship Between Mnemonical In/Security and Crisis in Global Politics. *Interdisciplinary Political Studies*, 6(1), 5–19. <https://doi.org/10.1285/I20398573V6N1P5>

- Buzan, B., & Hansen, L. (2012). *A evolução dos Estudos de Segurança Internacional* (F. Lira, Trad.). São Paulo: Editora Unesp.
- Buzan, B., Wæver, O., & Wilde, J. de. (1998). *Security: A new framework for analysis*. Boulder: Lynne Rienner Pub.
- Cash, J. (2017). The dilemmas of ontological insecurity in a postcolonising Northern Ireland. *Postcolonial Studies*, 20(3), 387–410. <https://doi.org/10.1080/13688790.2017.1391671>
- Cash, J., & Kinnvall, C. (2017). Postcolonial bordering and ontological insecurities. *Postcolonial Studies*, 20(3), 267–274. <https://doi.org/10.1080/13688790.2017.1391670>
- Chernobrov, D. (2016). Ontological Security and Public (Mis)Recognition of International Crises: Uncertainty, Political Imagining, and the Self: Ontological Security and (Mis)Recognition. *Political Psychology*, 37(5), 581–596. <https://doi.org/10.1111/pops.12334>
- Crawford, N. C. (2000). The Passion of World Politics: Propositions on Emotion and Emotional Relationships. *International Security*, 24(4), 116–156. <https://doi.org/10.1162/016228800560327>
- Croft, S. (2012). Constructing Ontological Insecurity: The Insecuritization of Britain's Muslims. *Contemporary Security Policy*, 33(2), 219–235. <https://doi.org/10.1080/13523260.2012.693776>
- Croft, S., & Vaughan-Williams, N. (2017). Fit for purpose? Fitting ontological security studies 'into' the discipline of International Relations: Towards a vernacular turn. *Cooperation and Conflict*, 52(1), 12–30. <https://doi.org/10.1177/0010836716653159>
- Cupać, J. (2020). The anxiety dilemma: Locating the Western Balkans in the age of anxiety. *Journal of Regional Security*, 15(1), 7–38. <https://doi.org/10.5937/jrs15-25359>
- David, L. (2019). Policing Memory in Bosnia: Ontological Security and International Administration of Memorialization Policies. *International Journal of Politics, Culture, and Society*, 32(2), 211–225. <https://doi.org/10.1007/s10767-018-9305-y>
- de Buitrago, S. R., & Resende, E. (2019). The politics of otherness. Em J. Edkins (Org.), *Routledge Handbook of Critical International Relations* (p. 179–193). Abingdon: Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315692449-14>
- Deacon, C. (2023). Perpetual ontological crisis: National division, enduring anxieties and South Korea's discursive relationship with Japan. *European Journal of International Relations*, 1–25. <https://doi.org/10.1177/13540661221143925>
- Delehanty, W. K., & Steele, B. J. (2009). Engaging the narrative in ontological (in)security theory: Insights from feminist IR. *Cambridge Review of International Affairs*, 22(3), 523–540. <https://doi.org/10.1080/09557570903104024>

- Eberle, J. (2017). Narrative, desire, ontological security, transgression: Fantasy as a factor in international politics. *Journal of International Relations and Development*. <https://doi.org/10.1057/s41268-017-0104-2>
- Eberle, J., & Handl, V. (2018). Ontological Security, Civilian Power, and German Foreign Policy Toward Russia. *Foreign Policy Analysis*, 1–18. <https://doi.org/10.1093/fpa/ory012>
- Ejdus, F. (2017). ‘Not a heap of stones’: Material environments and ontological security in international relations. *Cambridge Review of International Affairs*, 30(1), 23–43. <https://doi.org/10.1080/09557571.2016.1271310>
- Ejdus, F. (2020). *Crisis and Ontological Insecurity: Serbia’s Anxiety over Kosovo’s Secession*. Cham: Springer International Publishing. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-20667-3>
- Gebhard, C. (2017). One World, Many Actors. Em S. McGlinchey (Org.), *International relations* (p. 32–45). Bristol: E-International Relations Publishing.
- Giddens, A. (1984). *The constitution of society: Outline of the theory of structuration*. Cambridge: Polity Press.
- Giddens, A. (2002). *Modernidade e identidade* (P. Dentzien, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Gustafsson, K., & Krickel-Choi, N. C. (2020). Returning to the roots of ontological security: Insights from the existentialist anxiety literature. *European Journal of International Relations*, 26(3). <https://doi.org/10.1177/1354066120927073>
- Heritage, A., & Lee, P. K. (2020). *Order, Contestation and Ontological Security-Seeking in the South China Sea*. Cham: Springer International Publishing. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-34807-6>
- Hom, A. R., & Steele, B. J. (2020). Anxiety, time, and ontological security’s third-image potential. *International Theory*, 12(2), 322–336. <https://doi.org/10.1017/S1752971920000135>
- Hutchison, E., & Bleiker, R. (2014). Theorizing emotions in world politics. *International Theory*, 6(3), 491–514. <https://doi.org/10.1017/S1752971914000232>
- Huysmans, J. (1998). Security! What do you mean? From de concept to thick signifier. *European Journal of International Relations*, 4(2), 226–255. <https://doi.org/10.1177/1354066198004002004>
- Kinnvall, C. (2004). Globalization and Religious Nationalism: Self, Identity, and the Search for Ontological Security. *Political Psychology*, 25(5), 741–767. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9221.2004.00396.x>
- Kinnvall, C. (2017). Feeling ontologically (in)secure: States, traumas and the governing of gendered space. *Cooperation and Conflict*, 52(1), 90–108. <https://doi.org/10.1177/0010836716641137>



- Kinnvall, C. (2018). Ontological Insecurities and Postcolonial Imaginaries: The Emotional Appeal of Populism. *Humanity & Society*, 42(4), 523–543. <https://doi.org/10.1177/0160597618802646>
- Kinnvall, C., & Mitzen, J. (2017). An introduction to the special issue: Ontological securities in world politics. *Cooperation and Conflict*, 52(1), 3–11. <https://doi.org/10.1177/0010836716653162>
- Klose, S. (2020). Interactionist role theory meets ontological security studies: An exploration of synergies between socio-psychological approaches to the study of international relations. *European Journal of International Relations*, 26(3), 851–874. <https://doi.org/10.1177/1354066119889401>
- Krickel-Choi, N. C. (2022). State personhood and ontological security as a framework of existence: Moving beyond identity, discovering sovereignty. *Cambridge Review of International Affairs*, 1–19. <https://doi.org/10.1080/09557571.2022.2108761>
- Krickel-Choi, N. C., & Chen, C.-C. (2023). Defending the islands, defending the self: Taiwan, sovereignty and the origin of the Diaoyu/Senkaku Islands dispute as ontological security-seeking. *The Pacific Review*, 1–27. <https://doi.org/10.1080/09512748.2023.2166978>
- Krickel-Choi, N. C., Chen, C.-C., & Bukh, A. (2022). Embodying the state differently in a Westphalian world: An ontological exit for the Diaoyu/Senkaku Islands dispute. *Third World Quarterly*, 1–19. <https://doi.org/10.1080/01436597.2022.2152789>
- Krolikowski, A. (2008). State Personhood in Ontological Security Theories of International Relations and Chinese Nationalism: A Sceptical View. *The Chinese Journal of International Politics*, 2(1), 109–133. <https://doi.org/10.1093/cjip/pon003>
- Laing, R. D. (1990). *The Divided Self: An Existential Study in Sanity and Madness*. London: Penguin Books.
- Lupovici, A. (2012). Ontological dissonance, clashing identities, and Israel's unilateral steps towards the Palestinians. *Review of International Studies*, 38(4), 809–833. <https://doi.org/10.1017/S0260210511000222>
- McDonald, M. (2008). Constructivism. Em P. D. Williams (Org.), *Security studies: An introduction* (p. 59–72). London: Routledge.
- Miskimmon, A., O'Loughlin, B., & Roselle, L. (2017). Introduction. Em A. Miskimmon, B. O'Loughlin, & L. Roselle (Orgs.), *Forging the world: Strategic narratives and international relations* (p. 1–21). Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Mitzen, J. (2006). Ontological Security in World Politics: State Identity and the Security Dilemma. *European Journal of International Relations*, 12(3), 341–370. <https://doi.org/10.1177/1354066106067346>
- Narozhna, T. (2020). State–society complexes in ontological security-seeking in IR. *Journal of International Relations and Development*, 23(3), 559–583. <https://doi.org/10.1057/s41268-018-0164-y>

- Neumann, I. B. (1996). Self and Other in International Relations. *European Journal of International Relations*, 2(2), 139–174. <https://doi.org/10.1177/1354066196002002001>
- Peoples, C., & Vaughan-Williams, N. (2021). *Critical security studies: An introduction* (3<sup>o</sup> ed). Abingdon: Routledge, Taylor & Francis Group.
- Pereira, A. E., & Blanco, R. (2021). *Teorias Contemporâneas de Relações Internacionais*. Curitiba: InterSaberes.
- Pratt, S. F. (2016). A Relational View of Ontological Security in International Relations. *International Studies Quarterly*, 61, 78–85. <https://doi.org/10.1093/isq/sqw038>
- Rojas, C. (2016). Contesting the Colonial Logics of the International: Toward a Relational Politics for the Pluriverse. *International Political Sociology*, 10(4), 369–382. <https://doi.org/10.1093/ips/olw020>
- Rossdale, C. (2015). Enclosing Critique: The Limits of Ontological Security. *International Political Sociology*, 9(4), 369–386. <https://doi.org/10.1111/ips.12103>
- Rumelili, B. (2015). Identity and desecuritisation: The pitfalls of conflating ontological and physical security. *Journal of International Relations and Development*, 18(1), 52–74. <https://doi.org/10.1057/jird.2013.22>
- Rumelili, B. (2018). Breaking with Europe's pasts: Memory, reconciliation, and ontological (In)security. *European Security*, 27(3), 280–295. <https://doi.org/10.1080/09662839.2018.1497979>
- Rumelili, B., & Çelik, A. B. (2017). Ontological insecurity in asymmetric conflicts: Reflections on agonistic peace in Turkey's Kurdish issue. *Security Dialogue*, 48(4), 279–296. <https://doi.org/10.1177/0967010617695715>
- Shenhav, S. R. (2015). *Analyzing social narratives*. New York: Routledge.
- Steele, B. J. (2005). Ontological security and the power of self-identity: British neutrality and the American Civil War. *Review of International Studies*, 31, 519–540. <https://doi.org/10.1017/s0260210505006613>
- Steele, B. J. (2008). *Ontological Security in International Relations: Self-Identity and the IR State*. Abingdon: Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203018200>
- Steele, B. J. (2019). Welcome home! Routines, ontological insecurity and the politics of US military reunion videos. *Cambridge Review of International Affairs*, 32(3), 322–343. <https://doi.org/10.1080/09557571.2018.1564899>
- Steele, B. J., & Homolar, A. (2019). Ontological insecurities and the politics of contemporary populism. *Cambridge Review of International Affairs*, 32(3), 214–221. <https://doi.org/10.1080/09557571.2019.1596612>
- Subotić, J. (2016). Narrative, Ontological Security, and Foreign Policy Change. *Foreign Policy Analysis*, 12(4), 610–627. <https://doi.org/10.1111/fpa.12089>

- Szkola, S. (2020). Trauma or Nostalgia? 'The Past' as Affective Ontological Security Seeking Playground in the South Caucasus. *Interdisciplinary Political Studies*, 6(1), 21–112.
- Vale, P. (2013). The idea of security: A South African tale. Em U. Pillay, G. Hagg, & F. Nyamnjoh (Orgs.), *State of the Nation. South Africa 2012-2013* (p. 124–140). Pretoria: HSRC Press.
- Vieira, M. A. (2018). (Re-)imagining the 'Self' of Ontological Security: The Case of Brazil's Ambivalent Postcolonial Subjectivity. *Millennium: Journal of International Studies*, 46(2), 142–164. <https://doi.org/10.1177/0305829817741255>
- Weldes, J., Laffey, M., Gusterson, H., & Duvall, R. (1999). Introduction: Constructiong Insecurity. Em J. Weldes (Org.), *Cultures of Insecurity: States, Communities, and the Production of Danger* (p. 1–34). Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Williams, P. D. (2008). Security Studies: An Introduction. Em P. D. Williams (Org.), *Security studies: An introduction* (p. 1–12). London ; New York: Routledge.
- Zarakol, A. (2010). Ontological (In)security and State Denial of Historical Crimes: Turkey and Japan. *International Relations*, 24(1), 3–23. <https://doi.org/10.1177/0047117809359040>